

Agradeço a honra e o privilégio de saudar, em nome do Tribunal Pleno, os novos membros da Mesa Diretora, doravante protagonistas de mais uma página bienal na longa trajetória do Judiciário em Pernambuco.

Essa trajetória - é oportuno dizer - revela um movimento permanente de evolução e aperfeiçoamento.

De fato, os relatórios do Conselho Nacional de Justiça apontam que este Tribunal vem obtendo avanços em praticamente todos os parâmetros de avaliação.

Não se trata – é claro – de obra do acaso.

Trata-se do resultado do esforço coletivo de todo o Judiciário.

Dos seus dirigentes, de hoje e de ontem.

Dos eminentes desembargadores que aqui estão e dos que por aqui passaram, compondo, como Pares – democraticamente iguais em voz e voto - este Tribunal Pleno, instância máxima do Poder.

Dos juízes de primeiro grau, que constituem, sempre e sempre, a colunata magna sobre a qual se ergue o Poder.

Dos dignos servidores que anônima e diuturnamente põem em movimento as milhares de engrenagens que formam a máquina judiciária.

É esse esforço coletivo que, não obstante as notórias limitações orçamentárias, tem proporcionado paulatina melhoria das condições de trabalho para magistrados e servidores.

Dentre elas destaco as iniciativas voltadas à recomposição do quadro de servidores e de magistrados, em especial a recente sequência de concursos para o cargo de juiz, realizados ao longo das gestões dos desembargadores Jones Figueiredo, José Fernandes, Jovaldo Nunes e Frederico Neves.

Destaco também, ainda a título exemplificativo – porém agora pondo em realce especificamente o biênio que se encerra, liderado pelo desembargador Frederico Neves – a adoção do Plano de Cargos dos servidores, a redução da diferença de entrância para os juízes de primeiro grau e o aumento exponencial das áreas de abrangência do processo judicial eletrônico, instrumento capaz de operar uma verdadeira revolução metodológica na *praxis* judiciária, com imensos ganhos em economicidade, velocidade e efetividade.

Parabéns, pois, ao desembargador Frederico Neves, pelo seu engajamento absoluto no cumprimento do dever, do que resultou uma gestão dinâmica, eficiente e realizadora – gestão plenamente exitosa, enfim – da qual foram có-partícipes o desembargador Leopoldo Raposo, 1º vice-presidente, o desembargador Fernando Ferreira, 2º vice-presidente, e o desembargador Eduardo Paurá, Corregedor Geral da Justiça.

Novo biênio agora se inicia, sob a presidência do desembargador Leopoldo Raposo, coadjuvado pelo 1º vice-presidente, desembargador Adalberto Melo, pelo 2º vice-presidente, desembargador Fernando Martins, e pelo Corregedor Geral, desembargador Roberto Lins.

As dificuldades e carências de sempre infelizmente encontram-se hoje agravadas pela forte crise econômica e ética que se abate sobre o país.

Na economia, recordes negativos se sucedem, indicando uma recessão que se prenuncia longa e profunda, sobretudo pela aparente ausência, no plano político e no futuro próximo, de qualquer perspectiva concreta de realização das reformas estruturais necessárias a um programa sustentável de recuperação e soerguimento.

No plano ético, a nação vem de há muito acompanhando, dia após dia, uma narrativa aparentemente sem fim de saques ao erário, de tramas cinematográficas que se multiplicam e entrelaçam a pilhar quantias monumentais, por intermédio de traficantes de influências e propinas, travestidos de empresários, políticos e servidores públicos, tudo isso a transformar descabros numa espécie rotina, numa habitualidade, quase uma “normalidade” surreal, felizmente aqui e ali repelida por protestos cidadãos, na imprensa e nas ruas, e aqui e ali combatida pela persistência investigativa da polícia judiciária – em especial a Polícia Federal – pela competência e diligência de membros do Ministério Público, e sobretudo pelas mãos firmes e desassombradas de juízes do Brasil, em todas as instâncias.

É nesse mar revolto de justa e indignação coletiva, que assumem os novos integrantes da Mesa.

Mas, como ensina a pena de Fernando Pessoa, *“Quem quer passar além do Bojador, tem que passar além da dor”*, pois *“Deus ao mar o perigo e o abismo deu, mas nele é que espelhou o céu”*.

Este desafio seguramente “*vale a pena*”, desembargadores Leopoldo, Adalberto, Fernando e Roberto, pois não hão de lhes faltar grandeza de alma e espírito de luta.

Vossas Excelências têm, cada um, mais de 30 anos de carreira.

Têm, portanto, o vasto “saber da experiência” moldado com as qualidades muito próprias do exercício da magistratura, em especial o senso de independência, de responsabilidade, de justiça, da prudência, da temperança, do culto ao diálogo e da reverência ao contraditório.

E bem por isso merecem Vossas Excelências, neste momento solene, um registro individual.

Roberto Ferreira Lins, agora Corregedor Geral de Justiça, é recifense, casado em segundas núpcias com Edgene Barros Gomes Lins, e pai de Maria Roberta Reis Lins e Maria Renata Reis Lins, filhas de seu primeiro matrimônio.

Antes de ingressar na magistratura, militou na advocacia e foi aprovado em concursos, tais como o de Procurador da Cidade do Recife e do Banco Central.

Em 82, ingressou por concurso na magistratura, atuando sucessivamente nas Comarcas de Flores, Rio Formoso e Barreiros.

Na 2.^a entrância, atuou na 1.^a Vara Cível e na 1.^a Vara Criminal, ambas da Comarca de Olinda, na qual também foi Presidente do Tribunal do Júri.

Promovido em 89 à capital, em 91 assumiu a titularidade da 2.^a Vara do Júri e a presidência 2.^o Tribunal do Júri, onde atuou por mais de dez anos.

Por dois biênios, integrou o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na classe de Juízes de Direito, tendo sido inclusive Corregedor Regional Eleitoral.

Foi promovido a desembargador em outubro de 2004, à unanimidade de votos.

Foi ainda presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, de 2009 a 2011.

Por sua vez, o novel 2º vice-presidente, o também recifense Antônio Fernando Araújo Martins, é pai de Cinthia Carla Martins e de Fernanda Martins, em núpcias primeiras, e de Tane Caroline Martins, Camila Martins e Fernando Martins Filho, em segundas núpcias, e bem assim pai afetivo de Carlos Alexandre Júnior e Natália Priscila Santos, filhos de sua esposa, Maria do Rosário Santos Martins.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Fernando Martins advogou até 78, quando foi aprovado em concurso para o cargo de Delegado, função que exerceu até 82, quando foi investido por concurso no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Araripina, cumulando as Comarcas de Exu e o Termo de Trindade.

Na sequência, atuou sucessivamente nas Comarcas de Aliança, Olinda, Limoeiro e Paulista.

Posteriormente, foi promovido à capital, onde ocupou a 3ª Vara da Fazenda Pública, depois a Vara da Fazenda Municipal e ainda a 1ª Vara Cível, de onde ascendeu a este Tribunal.

O 1º vice-presidente, Adalberto de Oliveira Melo, é caruaruense, casado com Maria Júlia Mota Santos de Oliveira, e pai de Ricardo Alberto Fontes de Oliveira, Roberta Juliana Mota Santos de Oliveira, Gustavo Augusto Mota Santos de Oliveira, Andreza Bandeira de Oliveira e Gabriel Nunes de Oliveira.

Formado pela Faculdade de Direito de Caruaru e com mestrado pela Universidade Católica, Adalberto Melo atuou como advogado de 76 a 81, além de ter exercido o magistério em diversos períodos, de 76 a 95.

Assumiu por concurso o cargo de Juiz, tendo atuado sucessivamente nas Comarcas de Pedra, Lajedo, Garanhuns e Recife, no período de 81 a 2004, quando subiu a este Tribunal.

O presidente Leopoldo de Arruda Raposo – mais um recifense – é pai de Leopoldo Júnior de Arruda Raposo e de Maria Cecília Beltrão de Arruda Raposo, filhos do primeiro matrimônio, e bem assim pai afetivo de Mariana Pires Padilha França e de João Carlos Pires Padilha, filhos de sua esposa, Maria Ismênia Pires Leite Padilha, agora a primeira-dama do Poder Judiciário de Pernambuco.

Formado em Direito pela Universidade Católica e pós-graduado em Administração Pública, Leopoldo Raposo iniciou a carreira de magistrado em 81, sendo Poção sua primeira Comarca e, no mesmo ano, passou a cumular a Comarca de Pesqueira.

Em 82, foi promovido à 2ª entrância, passando a atuar na Comarca de Ouricuri.

Promovido à capital, passou à titularidade da 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos.

Alçado a este Tribunal em 2003, atuou como vice-diretor e como diretor da Escola Superior da Magistratura, respectivamente nos períodos de 2008 a 2009, e de 2010 a 2012.

Exerceu a 1ª vice-presidência no biênio que se encerra, dela afastando-se, contudo, para exercer por bom período as honrosas funções jurisdicionais próprias do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, repetindo naquela Alta Corte os excelentes índices de produtividade que sempre caracterizaram a sua atuação jurisdicional, tanto em primeiro como em segundo grau.

Presidente Leopoldo Raposo:

Para além dos registros formais, cumpre ainda reportar-me a algumas das características mais comumente associadas a Vossa Excelência, e que por certo contribuirão para o bom governo do Judiciário.

Vossa Excelência tem temperamento ameno, fala mansa e avessa a arroubos retóricos.

Mas é bom que se diga esse ânimo sereno vem acompanhado de uma força de vontade firme e resoluto, acostumada a enfrentar e a superar adversidades, o que me estimula a ousadia de parafrasear João Cabral de Melo Neto, e dizer que, a exemplo do sertanejo Severino, *não há espécie de terra que Vossa Excelência não seja capaz de cultivar.*

Por outro lado, Vossa Excelência é receptivo a novas ideias e ao pensamento criativo, não por modismo, mas pela consciência que a vida no século XXI se reinventa a cada dia, cada vez mais rápido.

E, pela combinação dessas virtudes, é homem propenso ao diálogo e à convergência, pelo que sem dúvida ser-lhe-á natural exercer a Presidência em perfeita harmonia com o que aqui se convencionou chamar de o “sentimento da Casa”, ou seja, em harmonia com o pensamento institucional preponderante, quando não for possível obter o consenso.

E assim, nós – os seus Pares do Tribunal Pleno – ao tempo em que saudamos Vossa Excelência e os demais membros da Mesa Diretora – renovamos o compromisso de compartilhar as angústias naturais da atividade de administrar, e de contribuir com o melhor dos nossos esforços para a superação dos inúmeros desafios que se descortinam no horizonte.

Vossa Excelência presidirá uma Corte unida e coesa em torno das agendas prioritárias do Judiciário, liderando-a perante os demais Poderes do Estado e perante a sociedade civil, para ao fim e ao cabo manter o Tribunal na trilha da evolução e do aperfeiçoamento, como espera, precisa e merece o povo de Pernambuco.

Muito obrigado.